

TERCEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**BLUE ASSET GESTÃO DE RECURSOS LTDA.****CNPJ Nº 35.068.183/0001-61****NIRE 52.204.826.902**

BLUEWAY CAPITAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 29.251.143/0001-58, registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás sob o NIRE 52204642798 em 12/12/2017, com sede na Rua 72, nº 325, quadra C14, lotes 10/13, Salas 708 a 715, Edifício Trend Office Home, Jardim Goiás, Goiânia, Goiás, CEP: 74.805-480, neste ato representada por seu administrador Sr. **Marco Antônio Raimundo**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 18 de junho de 1980, empresário, portador da carteira de identidade RG nº 1.433.460-7 expedida pela SSP/AM, inscrito no CPF sob nº 641.519.132-20, residente e domiciliado à Rua Guaraíta, Qd. G2, Lt. 6, Residencial Alphaville Flamboyant, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, CEP 74.884-570; e

MARIA CLARA EVANGELISTA DE PODESTÀ, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheira civil, nascida em 06/11/1991, portadora da carteira de identidade RG nº 43.191-72 – 2ª Via, expedida pela SSP/GO, inscrita no CPF sob nº 037.207.201-10, residente e domiciliada à Rua 1040, nº 404, Condomínio Residencial Avalon, apartamento 804, Setor Pedro Ludovico, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, CEP 74.823.250.

Únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada “**BLUE ASSET GESTÃO DE RECURSOS LTDA.**”, com sede na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua 72, nº 325, quadra C14, lotes 10/13, sala 702, Edifício Trend Office Home, Jardim Goiás, CEP 74.805-480, inscrita no CNPJ sob o nº 35.068.183/0001-61, e devidamente registrada perante a Junta Comercial do Estado de Goiás sob o NIRE 52.204.826.902 (“Sociedade”). Resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato Social da Sociedade, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

DA ALTERAÇÃO DO ENDEREÇO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA 1ª - Os sócios resolvem, por unanimidade e de comum acordo, alterar o endereço da sede da Sociedade, anteriormente situada na Rua 72, nº 325, quadra C14, lotes 10/13, sala 702, Edifício Trend Office Home, Jardim Goiás, CEP 74.805-480. Passando assim, a ter sua sede na Rua 72, nº 325, quadra C14, lotes 10/13, Salas 708 a 715, Edifício Trend Office Home, Jardim

Goiás, Goiânia, Goiás, CEP: 74.805-480. Desta forma, a Cláusula 2ª passa a vigorar com a seguinte redação:

DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

Cláusula 2ª - Rua 72, nº 325, quadra C14, lotes 10/13, Salas 708 a 715, Edifício Trend Office Home, Jardim Goiás, Goiânia, Goiás, CEP: 74.805-480, e poderá, por deliberação de seus sócios, abrir e fechar filiais, agências e escritórios em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

DO AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA 2ª - Os Sócios decidem aumentar o Capital da Sociedade. O Capital Social que era de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), passa a ser, de R\$ 300.000,00 (trezentos mil de reais), sendo R\$ 99.900,00 (noventa e nove mil e novecentos reais) já integralizados e R\$ 200.100,00 (duzentos mil e cem reais) a serem integralizados em moeda corrente nacional e/ou quotas/ações de outras sociedades até o prazo de 31 de dezembro de 2021.

Tendo em vista as alterações acima ocorridas, a Cláusula 5ª e seus parágrafos a seguir passam a vigorar com a seguinte redação:

CAPITAL SOCIAL

Cláusula 5ª - O capital social da Sociedade é de R\$ 300.000,00 (cem mil reais), dividido em 300.000 (cem mil) quotas idênticas de R\$ 1,00 (um real) cada, assim distribuídas aos sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	%	R\$
<i>Blueway Capital Ltda</i>	<i>285.000</i>	<i>95</i>	<i>R\$ 285.000,00</i>
<i>Maria Clara Evangelista De Podestà</i>	<i>15.000</i>	<i>5</i>	<i>R\$ 15.000,00</i>
TOTAL	300.000	100	R\$ 300.000,00

(i) A Sócia **Blueway Capital Ltda**, já qualificada anteriormente, detentora de 270.000 (duzentas e setenta mil) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada, sendo valor de R\$ 99.900,00 (noventa e nove mil e novecentos reais) integralizados e R\$ 185.100,00 (cento e oitante e cinco mil e cem reais) a serem integralizados em moeda corrente do país, até 31 de dezembro de 2021.

(ii) A Sócia **Maria Clara Evangelista De Podestà**, já qualificada anteriormente, detentora de 15.000 (quinze mil) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada, a serem integralizados em moeda corrente do país, até 31 de dezembro de 2021.

Parágrafo 1º - A responsabilidade de cada sócio é, na forma da lei, restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, não respondendo de maneira subsidiária, pelas obrigações sociais.

Parágrafo 2º - As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e cada quota confere ao seu titular o direito a 01 (um) voto nas decisões dos sócios, salvo se forem criadas quotas de valores distintos.

Parágrafo 3º - Os sócios terão direito de preferência na subscrição de qualquer aumento de capital, na proporção do número de quotas sociais por eles então detidas.

Parágrafo 4º. Os aumentos de capital social poderão ser integralizados na forma, modo, condições e prazos conforme deliberação de 100% (cem por cento) dos sócios

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - Em razão das alterações aprovadas acima, os sócios decidem, por unanimidade, aprovar a nova redação do Contrato Social da Sociedade, o qual, devidamente consolidado, passará a vigorar, na íntegra, com a seguinte nova redação:

CONSOLIDAÇÃO

BLUE ASSET GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

CNPJ Nº 35.068.183/0001-61

NIRE 52.204.826.902

BLUEWAY CAPITAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 29.251.143/0001-58, registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás sob o NIRE 52204642798 em 12/12/2017, com sede na Rua 72, nº 325, quadra C14, lotes 10/13, Salas 708 a 715, Edifício Trend Office Home, Jardim Goiás, Goiânia, Goiás, CEP: 74.805-480, neste ato representada por seu administrador Sr. **Marco Antônio Raimundo**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 18 de junho de 1980, empresário, portador da carteira de identidade RG nº 1.433.460-7 expedida pela SSP/AM, inscrito no CPF sob nº

641.519.132-20, residente e domiciliado à Rua Guaraíta, Qd. G2, Lt. 6, Residencial Alphaville Flamboyant, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, CEP 74.884-570; e

MARIA CLARA EVANGELISTA DE PODESTÀ, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheira civil, nascida em 06/11/1991, portadora da carteira de identidade RG nº 43.191-72 – 2ª Via, expedida pela SSP/GO, inscrita no CPF sob nº 037.207.201-10, residente e domiciliada à Rua 1040, nº 404, Condomínio Residencial Avalon, apartamento 804, Setor Pedro Ludovico, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, CEP 74.823.250.

DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

Cláusula 1ª - A Sociedade denominar-se-á **BLUE ASSET GESTÃO DE RECURSOS LTDA.**

Cláusula 2ª - Rua 72, nº 325, quadra C14, lotes 10/13, Salas 708 a 715, Edifício Trend Office Home, Jardim Goiás, Goiânia, Goiás, CEP: 74.805-480, e poderá, por deliberação de seus sócios, abrir e fechar filiais, agências e escritórios em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

Cláusula 3ª - A Sociedade iniciará suas atividades em 11/09/2019 e vigorará por período indeterminado.

OBJETO SOCIAL

Cláusula 4ª – A sociedade tem por objeto social a administração de carteiras de valores mobiliários, podendo realizar a gestão de fundos de investimento e carteiras de títulos e valores mobiliários, constituídos no Brasil ou no exterior.

CAPITAL SOCIAL

Cláusula 5ª - O capital social da Sociedade é de R\$300.000,00 (trezentos mil reais), dividido em 300.000 (trezentas mil) quotas idênticas de R\$ 1,00 (um real) cada, assim distribuídas aos sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	%	R\$
Blueway Capital Ltda	285.000	95	R\$ 285.000,00
Maria Clara Evangelista De Podestà	15.000	5	R\$ 15.000,00
TOTAL	300.000	100	R\$ 300.000,00

(i) A Sócia **Blueway Capital Ltda**, já qualificada anteriormente, detentora de 270.000 (duzentas e setenta mil) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada, sendo valor de R\$ 99.900,00 (noventa e nove mil e novecentos reais) integralizados e R\$ 185.100,00 (cento e oitante e cinco mil e cem reais) a serem integralizados em moeda corrente do país, até 31 de dezembro de 2021.

(ii) A Sócia **Maria Clara Evangelista De Podestà**, já qualificada anteriormente, detentora de 15.000 (quinze mil) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada, a serem integralizados em moeda corrente do país, até 31 de dezembro de 2021.

Parágrafo 1º - A responsabilidade de cada sócio é, na forma da lei, restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, não respondendo de maneira subsidiária, pelas obrigações sociais.

Parágrafo 2º - As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e cada quota confere ao seu titular o direito a 01 (um) voto nas decisões dos sócios, salvo se forem criadas quotas de valores distintos.

Parágrafo 3º - Os sócios terão direito de preferência na subscrição de qualquer aumento de capital, na proporção do número de quotas sociais por eles então detidas.

Parágrafo 4º. Os aumentos de capital social poderão ser integralizados na forma, modo, condições e prazos conforme deliberação de 100% (cem por cento) dos sócios

CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

Cláusula 6ª - Nenhum dos sócios poderá ceder ou transferir parte ou totalidade de suas quotas a terceiros sem antes oferecê-las, por escrito, aos demais sócios que, em igualdade de condições, terão sempre direito de preferência na aquisição. Tal direito de preferência deverá ser exercido dentro de 30 (trinta) dias contados do recebimento da comunicação escrita.

Parágrafo 1º - Não sendo exercido o direito de preferência para a aquisição das quotas previsto acima, o sócio autor da oferta poderá transferir a terceiros tais quotas não adquiridas, desde que: **(a)** tal transferência seja efetuada nos mesmos termos e condições da oferta inicial; **(b)** o terceiro a quem as quotas sejam cedidas ou transferidas seja aceito pelos demais sócios; e **(c)** a cessão ou a transferência seja efetuada no prazo de até 20 (vinte) dias contados do término do prazo de 30 (trinta) dias inicialmente dado aos demais sócios para exercício do direito de preferência. Se tais quotas não forem cedidas ou transferidas dentro do prazo e de acordo com as condições aqui estabelecidas, elas estarão novamente sujeitas a todo o procedimento acima descrito.

Parágrafo 2º - Para os efeitos da Cláusula 6ª, os "em igualdade de condições" devem ser entendidos como aqueles que resultem em um mesmo reembolso financeiro para o cedente, para tanto corrigindo-se o preço inicial da oferta por índice que reflita a efetiva perda do poder aquisitivo da moeda nacional no período entre a oferta e a efetiva aquisição.

Parágrafo 3º - Observados as condições previstas em lei, se um dos sócios desejar retirar-se da Sociedade, deverá comunicar sua intenção aos demais sócios, por escrito, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias e seus haveres, apurados em balanço especialmente levantado na ocasião, ser-lhe-ão pagos em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, acrescidas dos juros legais, vencendo-se a primeira delas no ato da assinatura da competente alteração contratual, a ser realizada em até 10 (dez) dias corridos do levantamento do referido balanço especial.

Parágrafo 4º - A cessão de quotas terá eficácia quanto à Sociedade e terceiros, a partir da averbação do respectivo instrumento, sendo que, até 02 (dois) anos após tal averbação, o cedente responderá solidariamente com a cessionária, perante a Sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio.

Parágrafo 5º - As quotas do capital social não poderão ser empenhadas ou oneradas por qualquer sócio sem a prévia e expressa anuência, por escrito, de sócios representantes da maioria do capital social. Qualquer transação efetuada com violação deste dispositivo será ineficaz perante a Sociedade.

ADMINISTRAÇÃO

Cláusula 7ª – A Sociedade será administrada por seus administradores, os Srs.: (i) **Maria Clara Evangelista De Podestà**, brasileira, solteira, engenheira civil, nascida em 06/11/1991, portadora da carteira de identidade RG nº 43.191-72 – 2ª Via, expedida pela SSP/GO, inscrita no CPF sob nº 037.207.201-10, residente e domiciliada à Rua 1040, nº 404, Condomínio Residencial Avalon, apartamento 804, Setor Pedro Ludovico, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, CEP 74.823.250; e (ii) **Luiz Gustavo Mourão Gonçalves**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, advogado, portador da carteira de identidade RG nº 3692981, expedida pela SSP/GO, inscrito no CPF sob nº 863.877.901-15, residente e domiciliado à Rua da Raia Qd. 18, Lt. 10, Jardim Atlântico, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, CEP 74.343-490, ambos com mandato por prazo indeterminado, cabendo aos mesmos todo e qualquer ato referente à administração, bem como o uso da denominação social, **devendo a Sociedade ser representada, em conjunto, pelos 2 (dois) Administradores.**

Parágrafo 1º - Os Administradores serão investidos de todos os poderes para administrarem e gerirem os negócios sociais e para representarem e obrigarem a Sociedade para todos os fins, na forma prevista no caput da Cláusula 7ª acima.

Parágrafo 2º - A Sociedade poderá, ainda, ser representada por procuradores em conjunto com 1 (um) administrador da Sociedade, os quais serão constituídos por mandatos assinados por 2 (dois) Administradores agindo em conjunto, e conterão poderes especiais e, exceto nos casos de procurações outorgadas a advogados para representação da Sociedade em processos administrativos e/ou judiciais, terão prazo de validade determinado.

Parágrafo 3º - Nas procurações outorgadas pela Sociedade, os poderes conferidos deverão sempre estar especificados de forma expressa e conter prazo de validade limitado a, no máximo, 01 (um) ano, com exceção às procurações ad judícia, que serão outorgadas por prazo indeterminado. As procurações outorgadas à empregados da sociedade cessarão com o término do contrato de trabalho do outorgado.

Parágrafo 4º - Os Administradores poderão ter direito a uma retirada mensal, a título de pró-labore, a ser fixada pelos sócios, que será lançada à conta das despesas gerais da Sociedade.

Parágrafo 5º - São expressamente proibidos e serão nulos de pleno direito quaisquer atos

praticados pelos Administradores, por procuradores ou por empregados da Sociedade, que sejam estranhos ao objeto social e aos negócios da Sociedade, tais como avais, fianças, endossos, hipotecas e outras garantias de favor.

Parágrafo 6º - A Sociedade poderá conceder empréstimo em favor de seus sócios, mediante a emissão de títulos de crédito.

Cláusula 8ª - Os sócios atribuem à administradora **Maria Clara Evangelista De Podestà**, acima qualificada, a responsabilidade pela administração de carteira de valores mobiliários, nos termos do inciso III do Art. 4º da Instrução nº 558, de 26 de março de 2015, da Comissão de Valores Mobiliários ("Instrução CVM 558").

Cláusula 9ª - Os sócios atribuem ao administrador **Luiz Gustavo Mourão Gonçalves**, acima qualificado, a responsabilidade pelo cumprimento de regras, políticas, procedimentos e controles internos e da Instrução CVM 558, nos termos do inciso IV do Art. 4º da Instrução CVM 558, pela gestão de risco, nos termos do inciso V do Art. 4º da Instrução CVM 558 e pelo cumprimento normas de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, nos termos da Instrução nº 617, de 05 de dezembro de 2019, da CVM.

DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Cláusula 10ª - As reuniões serão realizadas sempre que necessário e deverão ser convocadas pelo Administrador ou pelo(s) sócio(s) por meio de carta registrada, fax ou aviso entregue pessoalmente, contra recibo, a todos os sócios, com a antecedência, mínima, de 10 (dez) dias.

Parágrafo 1º - As formalidades de convocação serão dispensadas quando os sócios comparecem ou declaram, por escrito, estarem cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo 2º - A reunião será instalada com a presença dos sócios detentores de, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) do capital social da Sociedade, e poderá ser dispensada quando todos os sócios decidirem por escrito sobre a matéria que será deliberada.

Parágrafo 3º - Um sócio poderá fazer-se representar nas Reuniões dos Sócios por outro sócio ou por terceiro, mediante outorga de procuração, com especificação dos atos autorizados e firma reconhecida, devendo a procuração ser levada a registro juntamente à ata.

Cláusula 11ª - Ressalvadas as hipóteses em que a Lei 10.406/2002, as deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, inclusive a que dispuser sobre a transformação da Sociedade em outro tipo societário.

Cláusula 12ª - Dentro de 04 (quatro) meses a contar da data do encerramento do exercício social, os sócios reunir-se-ão em Reunião Ordinária, a fim de tomar as contas do Administrador, deliberar sobre o balanço patrimonial e o resultado econômico e eleger novos Administrador, se for o caso.

EXERCÍCIO SOCIAL

Cláusula 13ª - O exercício social se iniciará no dia 01 de janeiro e se encerrará no dia 31 de dezembro de cada ano civil, data em que serão levantadas as Demonstrações Financeiras previstas em lei.

Parágrafo 1º - Até 30 (trinta) dias antes da Reunião Ordinária, as Demonstrações Financeiras deverão estar à disposição dos sócios, formalidade esta que poderá ser dispensada por decisão destes últimos.

Parágrafo 2º - A Sociedade deverá preparar balanços semestrais, ou em períodos menores (mensais, bimestrais, trimestrais e quadrimestrais), e submeter aos sócios podendo, com base

nesses balanços, os sócios: (a) declarar e distribuir os lucros apurados, lucros acumulados ou reservas de lucros existentes; (b) manter os referidos lucros apurados na conta de lucros em suspenso; ou (c) destiná-los ao aumento de capital social.

Parágrafo 3º - Os lucros apurados poderão ser distribuídos de forma desproporcional à participação dos sócios no capital social da Sociedade.

Parágrafo 4º - A aprovação dos sócios às Demonstrações Financeiras poderá ser manifestada por instrumento escrito em separado ou pela aposição das suas assinaturas nos livros próprios.

DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Cláusula 14ª - A Sociedade somente será dissolvida por deliberação de 100% (cem por cento) de seus sócios, em conformidade com o disposto no presente Contrato Social ou nos casos previsto em lei. Neste caso, proceder-se-á à liquidação de seu ativo e passivo e o saldo então apurado será atribuído aos sócios na proporção de suas participações no capital social.

Parágrafo 1º – A Sociedade não se dissolverá pela falência, recuperação judicial ou extrajudicial, retirada, amigável ou judicial, falecimento, exclusão ou incapacidade de qualquer um dos sócios, desde que as quotas do sócio falido, em recuperação, que se retira, falecido, excluído ou incapacitado sejam adquiridas pela Sociedade, se as condições do momento assim permitirem, ou pelos sócios remanescentes, pelo valor contábil das quotas, apurado com base em balanço especialmente levantado para tal fim ou com base no último balanço apresentado, desde que tenha sido levantado em período inferior a 12 (doze) meses anteriores à data do evento. Tais quotas serão pagas em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e consecutivas, acrescidas dos juros legais, vencendo-se a primeira no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do levantamento do referido balanço patrimonial, ou da data do evento, conforme aplicável. Para fins de esclarecimento, a determinação do valor patrimonial das quotas deverá levar em consideração o valor patrimonial líquido contábil da Sociedade, sem quaisquer ajustes decorrentes de fluxo de caixa, projeções ou perspectivas futuras da Sociedade, bens intangíveis ou valor de mercado.

Parágrafo 2º - Na ocorrência de qualquer dos eventos mencionados Parágrafo 1º acima, ficará expressamente vedado o ingresso na Sociedade de quaisquer herdeiros ou sucessores, salvo expressa anuência dos sócios remanescentes detentores de quotas representativas de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, hipótese na qual o sócio ingressante não poderá assumir a função de administrador da Sociedade, e o preço a que os herdeiros e sucessores do sócio falecido e o próprio sócio, no caso de incapacidade permanente ou invalidez, farão jus deverá ser calculado e pago na forma prevista no Parágrafo 1º acima.

Parágrafo 3º - É ainda expressamente vedado o ingresso na Sociedade de cônjuges, ex-cônjuges, conviventes, ex-conviventes, companheiros ou ex-companheiros, inclusive em decorrência de separação judicial, divórcio ou dissolução de relação pessoal de qualquer dos sócios que possa ou pudesse ser caracterizada como união estável, salvo expressa anuência dos sócios remanescentes detentores de quotas representativas de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, hipótese na qual o sócio ingressante não poderá assumir a função de administrador da Sociedade.

Parágrafo 4º - Nos casos previstos no Parágrafo 3º acima, a Sociedade adquirirá para manutenção em tesouraria ou resgatará a totalidade das quotas a que cônjuges, ex-cônjuges, conviventes, ex-conviventes, companheiros ou ex-companheiros sejam contemplados na respectiva divisão patrimonial, os quais farão jus, pela aquisição ou resgate das quotas, ao recebimento do valor patrimonial das quotas adquiridas ou resgatadas, a ser apurado e pago nos mesmos termos do Parágrafo 1º acima.

Cláusula 15ª - No caso de liquidação e dissolução da Sociedade, os sócios designarão um ou mais liquidantes, estabelecendo seus poderes, deveres e remuneração.

Parágrafo 1º - A cada 06 (seis) meses, ou sempre que necessário, o liquidante deverá apresentar aos sócios o relatório e o balanço do estado de liquidação, prestando conta dos atos praticados durante o respectivo período.

Parágrafo 2º - Realizado o ativo, pago o passivo e partilhado o remanescente, se houver, o liquidante apresentará aos sócios, para aprovação, o relatório final da liquidação e o balanço de encerramento.

EXCLUSÃO DE SÓCIO

Cláusula 16ª - O sócio que incorrer em quaisquer casos de conduta grave previstos no Parágrafo 2º da presente Cláusula e/ou em qualquer uma das hipóteses previstas no artigo 1.085 da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), poderá ser excluído por deliberação do(s) sócio(s) representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social da Sociedade, em Reunião de Sócios a ser convocada especificamente para tal finalidade e em tempo hábil para que o sócio a ser excluído possa comparecer e exercer o seu direito de defesa.

Parágrafo 1º - Para fins do quórum estabelecido no caput desta cláusula, não serão computadas as quotas detidas pelo sócio a ser excluído da Sociedade, observada a obrigatoriedade quanto à deliberação do(s) sócio(s) representando, no mínimo, 75% (setenta

e cinco por cento) do capital social da Sociedade para aprovação da exclusão de sócio.

Parágrafo 2º - Entende-se por conduta grave, entre outras, (i) omissão ou o não cumprimento das obrigações assumidas perante a Sociedade e os demais sócios; (ii) a prática de atos que, direta ou indiretamente, possam prejudicar os interesses sociais e os demais sócios; (iii) incompatibilidade com os demais sócios em detrimento da Sociedade; (iv) não integralização das quotas subscritas no prazo estabelecido pela Sociedade; (v) a prática de ato de liberalidade à custa da Sociedade; (vi) as causas definidas no Parágrafo 1º do Artigo 1.011 do Código Civil; ou (vii) a prática de atos que demonstrem conflito de interesses com os da Sociedade ou com os demais sócios.

Parágrafo 3º - Se a Sociedade tiver apenas 2 (dois) sócios, a reunião de sócios prevista nesta cláusula será dispensada.

Parágrafo 4º - Aprovada a exclusão, os demais sócios assinarão e registrarão a respectiva alteração do Contrato Social da Sociedade e o capital social sofrerá a correspondente redução ou as quotas do sócio excluído serão adquiridas pela Sociedade, se as condições de momento assim permitirem, ou pelos demais sócios, de modo que o sócio excluído da Sociedade receberá por suas quotas integralizadas a quantia equivalente ao seu valor patrimonial, calculado e pago nos termos do Parágrafo 1º da Cláusula 14.

ACORDO DE QUOTISTAS

Cláusula 17ª - Os acordos de voto e acordos de quotistas devidamente registrados na sede da Sociedade serão respeitados por seus sócios, pela Sociedade e pelos membros da sua administração, e prevalecerão sobre este contrato social na hipótese de conflito. Os administradores da Sociedade assumirão o compromisso de zelar pela observância desses acordos, devendo respeitar o disposto em tais documentos.

DISPOSIÇÃO FINAL

Cláusula 18ª – Os sócios elegem o Foro da Comarca Goiânia, do Estado de Goiás como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato Social, renunciando a qualquer outro foro, por mais privilegiado que este seja ou possa vir a ser.

Cláusula 19ª - Os casos omissos serão regidos pelas disposições do Código Civil, e subsidiariamente, pelas legislações das Sociedades Anônimas e no que for aplicável a legislação das Sociedades Simples e demais legislações aplicáveis.

Cláusula 20ª - Havendo dúvidas ou contradição na interpretação do presente Contrato, tais situações serão dirimidas pela aplicação da legislação e jurisprudência cabíveis. No caso de omissão, esta será resolvida mediante comum acordo entre os sócios.

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Os Diretores, quando de suas respectivas de eleições, declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Sociedade e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as formas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

E, por assim estarem justos e acordados, firmam o presente instrumento em via única, para que surtam os efeitos legais.

Goiânia – GO, 20 de setembro de 2021.

[restante da página intencionalmente deixada em branco]

(Página de assinaturas da Terceira Alteração e Consolidação da Blue Asset Gestão de Recursos Ltda., celebrada em 20 de setembro de 2021).

BLUEWAY CAPITAL LTDA

Representada por Marco Antônio Raimundo Sócia

MARIA CLARA EVANGELISTA DE PODESTÀ

Sócia administradora

LUIZ GUSTAVO MOURÃO GONÇALVES

Administrador não sócio

MARCO ANTÔNIO RAIMUNDO

Administrador não sócio renunciante



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa BLUE ASSET GESTÃO DE RECURSOS LTDA. consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
03720720110	
64151913220	
86387790115	